

# PF indicia máfia do ensino goiano

## Alunos fantasmas recebiam quotas indevidas do salário-educação

Goiânia — A Procuradoria da República em Goiás deverá oferecer, nos próximos dias, denúncia contra os integrantes de uma espécie de máfia do ensino que, até o ano de 1985, lesou em vultuosas quantias o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional. Foram indiciados em inquérito policial instaurado pela Superintendência do DPF neste Estado a professora Zilda Levergger Barbosa e mais 24 envolvidos, entre parentes seus, professores e monitores da Fundação Brasileira de Ensino e do Centro de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional do Estado de Goiás (Fubrae/Cecap). Essa entidade valeu-se de alunos fantasmas e de outros matriculados irregularmente para recebimento indevido de quotas do salário-educação.

Além do inquérito policial, a professora Zilda Levergger Barbosa foi indiciada em inquérito administrativo instaurado pela Delegacia do Ministério da Educação em Goiás. Também no Iapás ela está envolvida num processo que apura sonegação fiscal, pois, no decorrer das investigações policiais descobriu-se que o Cecap não recolhia as contribuições devidas à Previdência Social e nem o FGTS.

### INQUÉRITO VOLUMOSO

As investigações policiais em torno das atividades delituosas do Cecap duraram mais de um ano e dois meses, resultando num inquérito com quatro volumes, nove apensos e vários envelopes contendo documentação apensada aos autos. São mapas de freqüência, atestados, laudos periciais e outros documentos que comprovam falsificação de assinaturas, existência de alunos fantasmas ou irregulares e até de dois defuntos que, por obra e graça de documentos forjados, freqüentavam normalmente as aulas. O inquérito foi presidido pela delegada federal Francisca Maria Borges de Souza, que ouviu dezenas de pessoas, fez viagens ao interior do Estado e pediu perícias em uma série de documentos apreendidos.

O caso eclodiu ante à descoberta, feita pela Delegacia do Ministério da Educação, de irregularidades no Cecap quanto ao recebimento de quotas do salário-educação, dinheiro repassado pelo FNDE, do Sistema de Manutenção do Ensino de 1º Grau. As primeiras notícias desses fatos foram dadas ao ex-delegado do Ministério da Educação em Goiás, João Jardim Peclat, que omitiu-se de tomar as medidas cabíveis ao caso. Ouvido pelo DPF, medidas cabíveis ao caso.

Ouvido pelo DPF, o ex-delegado confirmou tudo e disse ter sido pressionado por Zilda Levergger a não seguir adiante com o caso. O professor Peclat não foi indiciado no inquérito, tendo a delegada que o presidiu deixado esse encargo ao arbítrio do representante do Ministério Público. Assim, caso entenda, o procurador da República poderá indiciar João Peclat por omissão e negligência.

### COMEÇOU MAL

Os autos relatam que as atividades do Cecap em Goiás já tiveram início com irregularidades, pois a entidade foi autorizada pelo Conselho Estadual de Educação a funcionar neste Estado através da Resolução nº 002, em 28 de janeiro de 1982, ministrando cursos supletivos na função de suplência a nível das quatro últimas séries do primeiro grau — o que acabaria não cumprindo.

A resolução do CEE foi baixa-

da em tempo recorde e, curiosamente, um dos membros do Conselho, Djalma Silva, é um dos diretores do Cecap, assinando conjuntamente com a diretora Zilda Levergger uma conta do Fubrae-Cecap junto à agência local do Banco do Brasil. Posteriormente, Zilda Levergger empregou no Cecap outros servidores da Secretaria da Educação do Estado e com isso conseguiu influência dentro do órgão. Habilitada junto ao Conselho, a professora Zilda buscou fazer o mesmo junto à SME e beneficiar-se do programa de bolsas de estudo, com a proposta de ministrar cursos a alunos que já tivessem cursado a quarta série do primeiro grau, mediante visitas periódicas aos alunos nos locais de trabalho ou residência, quando ausentes do núcleo pedagógico; dar assistência aos alunos através de professores, monitores e supervisores; aplicar testes; distribuir apostilas e promover atividades sociais e recreativas. Os inquéritos administrativo e policial constatariam depois que isso não ocorreu. No caso do material escolar, caso os alunos tivessem recebido os livros mencionados nos relatórios do Cecap, teriam que abrir armazéns para guardá-los todos, tal seria o volume.

### IRREGULARIDADES

A Delegacia Regional, em

**A investigação durou mais de um ano, mas descobriu mapas de freqüência — laudos periciais, atestados de alunos fantasmas e até dois defuntos que freqüentavam as aulas normalmente.**

suas investigações, entrevistou 284 alunos do Cecap, descobrindo que 189 não compareceram aos núcleos pedagógicos nem uma vez no ano de 85 e outros nunca freqüentaram tais locais em época alguma; 22 foram poucas vezes no núcleo em 85, só 17 no ano de 1984, apenas três em 1983 e dois concluíram o curso em 1984, mas continuaram relacionados com alunos do Cecap, que por isso recebeu as verbas repassadas pelo FNDE. Havia ainda alunos que não eram empregados das empresas e outros 39 tidos como "da comunidade", em Petrolina de Goiás, que constavam como freqüentadores do núcleo naquela cidade, em 1985, quando esse mesmo núcleo tinha sido extinto em 1984. A monitora desse núcleo era a filha da diretora Zilda, Kátia Levergger. Descobriu-se ainda que ex-empregados e suas esposas constavam como alunos, o que é expressamente proibido pelas normas do programa.

Os mapas de freqüência, segundo consta do inquérito, continuaram sendo feitos como se os alunos freqüentassem as aulas normalmente. Apurou-se ainda a matrícula de alunos analfabetos, quando o programa exige uma escolaridade mínima das quatro primeiras séries. Dois alunos que já tinham falecido continuaram "freqüentando" o Cecap, ren-

dendo dinheiro do FNDE. O próprio fundo é criticado no relatório policial porque a professora Zilda conseguiu, junto a esse órgão, trocar alunos que tinham abandonado o curso, em flagrante desrespeito às normas baixadas pelo próprio Fundo.

### FALSIFICAÇÕES

O inquérito relata ainda a existência de mapas fraudulentamente elaborados por monitores do Cecap, por pressão e orientação da professora Zilda. Alunos analfabetos tinham assinaturas forjadas e outros eram obrigados a cobrir com caneta os nomes que as monitoras escreviam nos documentos, a lápis. Descobriu-se, ainda, alunos matriculados que desconhecia estarem filiados ao Cecap. Os mapas de freqüência eram tão grosseiramente forjados que deles constam aulas dadas nos dias 30 e 31 de fevereiro, 24 de Outubro, feriado municipal, no domingo de carnaval e em outras datas em que escola alguma funciona.

O DPF relacionou ainda benefícios duplos conseguidos, matrícula de analfabetos como Francisco Paraná de Melo e Geraldo Francisco da Silva, ou de alunos que já tinham o segundo grau, como Rubens Ferreira da Cunha, funcionário da Transurb, José William da Silva e outros 58 estudantes. Os alunos falecidos eram Manoel Viera Barros e Max Lima de Oliveira

A professora Zilda Levergger disse, em sua defesa, que os fatos teriam origem numa suposta perseguição que o delegado da Educação em Goiás estaria movendo contra ela, o que o inquérito afiança inexistir, mas sim, processos fraudulentos tipificados no Código Penal como estelionato. A presidente do inquérito compara o caso do Cecap como uma espécie de máfia ou os chamados crimes do colarinho branco. Zilda atribuiu as falsificações e o recebimento indevido de bolsas a "lapsos" ou erros de seus funcionários. Tentou jogar sobre os monitores a culpa pelas irregularidades e alegou que assinava os documentos a elas devolvidos por auxiliares sem lê-los. O Fubrae-Cecap, conforme indicação da Polícia Federal, é uma espécie de fachada que atua, além de Goiás, no Rio, Santa Catarina e Bahia. O DPF teve dificuldades em conseguir documentos junto à Secretaria de Educação do Estado para comprovação de irregularidades no Cecap, devido à influência exercida por Zilda Levergger junto àquele órgão, sendo preciso recorrer diretamente ao secretário Hélio Mulinho.

Novas investigações deverão ser procedidas a nível da Secretaria de Educação para se saber das fraudes praticadas, com os chamados "alunos da comunidade", cujos recursos, no caso, são repassados pelo órgão estadual. O inquérito constatou ainda que a irmã de Zilda, Yone Levergger, fazia o trabalho de captação de alunos junto às empresas. Sua rubrica aparece numa série de documentos, mas ela não apareceu no DPF em momento algum. Foi indiciada indiretamente, após perícia na folha de ponto da Secretaria da Educação, quando se constatou que as rubricas nos documentos do Cecap eram mesmo de seu punho.